



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CURSO DE PEDAGOGIA

JESSIANE GONÇALVES DA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E VALORIZAÇÃO DO
MEIO PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES**

TOMÉ-AÇU
2022

JESSIANE GONÇALVES DA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E VALORIZAÇÃO DO
MEIO PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO NO CURSO DE PEDAGOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.**

**ORIENTADOR^a: Prof^a. Dr Vilma Nonato de
Brício**

TOMÉ-AÇU

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Gonçalves da Silva, Jessiane.
educação do campo: pedagogia da alternância como
instrumento metodológico para construção de saberes / Jessiane
Gonçalves da Silva. — 2022.
18 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Vilma Nonato de Brício
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. educação do campo. 2. pedagogia da alternancia. 3.
metodologia . I. Título.

CDD 370.19346

JESSIANE GONÇALVES DA SILVA

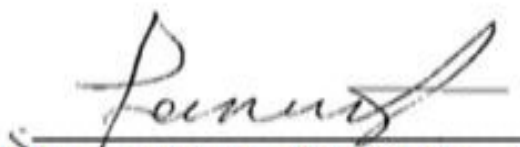
**EDUCAÇÃO DO CAMPO: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E VALORIZAÇÃO
DO MEIO PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
ORIENTADOR^a: Prof^a. Dr Vilma Nonato de Brício

Abaetetuba/PA, 26 de agosto de 2022.



Profa. Dra. Vilma Nonato de Brício – Orientadora



Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento – Avaliador/UFPA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E VALORIZAÇÃO DO MEIO PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES¹

Jessiane Gonçalves da Silva²
Jessianelira1997@gmail.com
Wilma Nonato de Brício
vilma@ufpa.br

RESUMO

Este artigo científico apresenta um estudo sobre a Pedagogia da Alternância, com o objetivo de analisar sua contribuição para a educação do campo. Foi realizada uma pesquisa teórico-bibliográfica com abordagem qualitativa que possibilitou aprofundar o conhecimento referente à história, sobre a legislação específica da educação do campo, e os princípios da Pedagogia da Alternância. Esse método de ensino apresenta-se como uma alternativa de educação contextualizada, voltada para o desenvolvimento econômico, social e político, acontece em tempo e espaço alternados e os instrumentos de ensino são elaborados a partir da realidade da escola e de seus alunos, essa proposta muda gradativamente o contexto em que as pessoas se inserem, além mudar a vida e o pensamento dos jovens. Na análise ficou evidente que a Pedagogia da Alternância por meio dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEEFAS) tem desempenhado papel importante para a educação do campo, pois possui ferramentas próprias e uma abordagem inovadora que contribui diretamente para o processo de ensino.

Palavras chaves: Educação do campo, Saberes, Pedagogia da Alternância.

ABSTRACT

This article scientific presents a study about Pedagogy of Alternation, with the aim of analyzing its contribution to field education. A bibliographic theoretical research was carried out with a qualitative approach that made it possible to deepen the knowledge regarding history, about the specific legislation of field education, and the principles of the Pedagogy of Alternation. This teaching method presents itself as an alternative of contextualized education, focused on economic, social and political development, it takes place in alternate time and space and the teaching instruments are elaborated from the reality of the school and its students, this proposal it gradually changes the context in which people are inserted, in addition to changing the lives and thoughts of young people. In the analysis it was evident that the Pedagogy of Alternation through the Family Centers for Training by Alternation (CEEFAS), has performed an important role in field education, as it has its own tools and an innovative approach that directly contributes to the teaching process.

Keywords: Field Education; Knowledge; Pedagogy of Alternation.

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – PA, Campus Abaetetuba – PA, para obtenção de grau de Licenciatura Plena em Pedagogia. Orientadora: prof.^a Dr.^a Wilma Nonato de Brício.

2 Graduanda do Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário de Abaetetuba – PA, da Universidade Federal do Pará.

1. Introdução

O presente artigo analisa a proposta da pedagogia da alternância como instrumento de valorização do modo de vida rural através da aproximação da escola e da família nas vivências escolares, sabendo-se, que o destino dos jovens depende de outros aspectos que vão além de sua formação. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa teórico-bibliográfica embasada em literatura pertinente ao tema e suporte na legislação vigente, usando como referência autores como Arroyo (2004), Caldart (2009), Gimonet (2007), Molina (2004), Nascimento (2005), Nosella (2012).

A educação do campo é destinada para atender às crianças, jovens, e adultos que moram no campo. A esses indivíduos, a escola precisa considerar uma série de princípios, entre os quais se salienta de relevante importância o respeito à heterogeneidade, nos aspectos socioculturais, políticos, econômicos e ambientais. As metodologias diferenciadas e conteúdos curriculares apropriados, para atender as necessidades dos alunos das escolas do campo. E nesse sentido que as propostas educacionais precisam ser pensadas de forma específica, de acordo com o cenário em que essas crianças vivem, são estas que fazem toda diferença no processo de aprendizagem.

Ao entrar em discussão sobre a pedagogia da alternância como metodologia de ensino-aprendizagem da educação das crianças e jovens do campo, é importante deixar claro a perspectiva de educação do campo.

Através do Decreto nº 7.352/10, a educação do campo é reconhecida como uma política pública no qual reconhece a população do campo: agricultores familiares, extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Ao discutir a pedagogia da alternância tenho interesse em mostrar a necessidade de compreender não apenas do que ela se trata, mas sua historicidade, em que contexto ela começou a ser discutida, qual o processo de percurso para ser implantada, e sua contribuição no processo de construção de saberes.

O reconhecimento da Pedagogia da Alternância, em nível nacional, é através do parecer CNE/CEB nº. 001/2006 que versa sobre dias letivos para aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA's).

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa para a Educação no campo. Para Saviani (2012, p. 29) “Resumidamente, podemos dizer que a denominação “pedagogia da alternância” se refere a uma forma de organizar o processo de ensino-aprendizagem alternando dois espaços diferenciados: a propriedade familiar e a escola”, já que o ensino nesse contexto não contempla as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural. Conforme aponta Molina (2010, p. 54):

O sistema educacional no Brasil, criado pelo poder político e econômico brasileiro, implementou um sistema de significações, a ser inculcado por meio de atos pedagógicos de violência simbólica, de tal modo que as significações, os interesses e a relação de poder pudessem permanecer invisíveis. Assim, independentemente de época e governo, utilizaram-se “atos pedagógicos” para impor um conjunto de valores culturais, sempre arbitrários aos desejos da maioria, por meio da escola.

Alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. Alguns problemas que podem ser enumerados são: a escola desvinculada da realidade local, a falta de recursos para atividades básicas do campo, a necessidade dos alunos ficarem na propriedade com sua família para trabalhar e terem dificuldades de acompanhar o calendário tradicional das escolas, a desvalorização da escola multisseriada e a falta de vagas nas escolas agrotécnicas.

De maneira geral, a Pedagogia da Alternância trabalha com a experiência concreta do aluno, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com membros da família e da comunidade na qual vive o aluno e que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade. Nesse sentido Gohn (2006) diz que, “na educação não-formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, etc.”

2. Pedagogia da alternância e um apanhado histórico

A conjuntura na qual surge a Pedagogia da Alternância tem seu início marcado na década de 1930, na França, embasada nas necessidades dos camponeses de uma educação centrada para sua realidade e suas necessidades.

Tendo suas origens em terras francesas, a proposta educacional da Pedagogia da Alternância disseminou-se pela Itália, com a criação das Scuole Famiglie Rurali (Escolas Famílias Agrícolas) e depois pela Espanha (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ,

2010). A sociedade francesa passava por muitas mudanças, ao ouvir os seus filhos falarem que estavam perdendo o interesse em estudar, os pais camponeses reivindicaram por uma alternativa para mudar essa realidade, queriam uma escola que valorizasse seu meio de vida.

A partir de então surgiu a pedagogia da alternância, como uma nova proposta metodológica para atender esse povo, que enfrentava uma dura realidade de crise econômica, marginalizados pelo estado não tinham muitas opções. Conforme diz Nascimento (2005, p. 34):

Em relação a educação, os filhos/as dos camponeses/as franceses tinham duas opções: ficar na propriedade dos pais, com a família e trabalhando de sol a sol, ou de frio a frio, ou então, ir para as cidades onde tinha escola pública, saindo da realidade familiar rural e cultural que os cercava até este momento. Na verdade, quase sempre a primeira opção era a mais comum já que manter filhos/as na cidade significava gastos financeiros absurdos para a realidade campesina francesa. Assim, mantinham seus filhos e filhas sob as condições de analfabetismo. Alguns afirmam que os pais camponeses da França da década de 30 não queriam que seus filhos/as fossem estudar na cidade por medo de voltarem renegando a cultura e a dura realidade do meio rural.

Diante dessa realidade desafiante que, em 1935, foram fundadas as primeiras Maisons Familiares Rurales (Casas Familiares Rurais) na França com a participação de quatro jovens: Yves Peyrat, Paul Callewaert, Lucien Callewaert e Edouard Clavier. O processo de ensino estava organizado em alternância no qual os jovens permaneciam um período na paróquia com a tutela do Padre Granereau e outro na família, caracterizando o que havia sido definido pelos pais dos quatro jovens, ou seja, uma formação em alternância e sob a responsabilidade das famílias que estaria pautada na formação técnica, geral e humana para e com os sujeitos que vivem na agricultura (VERGÜTZ, 2013).

A Pedagogia da Alternância foi introduzida no Brasil, em 1969 no Espírito Santo, através do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). O período histórico em que a proposta da Pedagogia da Alternância chega ao Brasil, faz o movimento educativo ser singular. Nasce dentro de um cenário de opressão marcado pela ditadura militar, surge de lutas das organizações populares, como um processo de relutância a condições e estruturas de dominação relacionadas às práticas educativas.

Em vista disso, a Educação do campo está historicamente e socialmente ligada com os movimentos sociais e educativos populares que atuam fora da oficialidade dos sistemas educativos e que se relacionam e se entrelaçam como ações culturais em espaços urbanos e rurais, em grande parte com o apoio de organizações religiosas e sindicais, fecundada pelos ideais de luta dos movimentos.

A primeira experiência com Pedagogia da Alternância foi com a implantação de uma Escola Família Agrícola (EFA) no Estado do Espírito Santo, a partir de 1969, no município de

Anchieta, a partir da experiência trazida pelo religioso e pedagogo italiano Jesuíta Padre Umberto Pietrogrande, ele foi o idealizador das Escolas da Família Agrícola no Brasil. Como aponta Nosella (2014, p. 262) “na ausência de políticas públicas voltadas para a educação do campo, a EFA se tornara uma alternativa quase única de escolarização na maioria das comunidades rurais”. Em meio a década de 70, houve a expansão para outros estados brasileiros através de diferentes intercâmbios que almejavam, com um trabalho de base, disseminar a Pedagogia da Alternância para e com sujeitos do campo.

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), em 1968 criou no Espírito Santo, as primeiras Escolas da Família Agrícola (EFAs) para os jovens do campo. Não eram Escolas profissionalizantes, nem assistencialistas, muito menos objetivavam “prender” o homem no campo, o intuito era impedir o êxodo rural, proporcionar condições de uma educação para atender suas necessidades. De forma sucinta o MEPES, tomou com na experiência italiana e francesa, entendeu que o interior do Estado precisava de uma escola que não reproduzisse de forma mecânica e empobrecida as escolas urbanas, mas priorizasse a formação integral moral e intelectual dos jovens do campo.

As Escolas Familiares Agrícolas (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs) são as mais populares no Brasil. De acordo com Begnami (2011) apresenta o Movimento CEFFAS (Centros Familiares de Formação por Alternância) com 148 EFAs e 120 Casas Familiares Rurais - CFR, espalhadas nas cinco regiões brasileiras e que ofertam Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico Profissionalizante. As Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais participam do movimento CEFFAS, isto é, compartilham do mesmo objetivo, que é possibilitar a formação integral dos jovens do campo, favorecendo o desenvolvimento do meio em que vivem por meio da Pedagogia da Alternância.

É notório que o MEPES teve seu papel como protagonista para o cumprimento das transfigurações sociais, de mudanças nas concepções e intervenções no campo. Sendo assim, historicamente a Pedagogia da Alternância surge como uma proposta educacional voltada para a população campesina, como alternativa de uma formação centrada na interatividade entre todos os indivíduos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

3. Pedagogia da alternância e educação do campo

A população do campo historicamente foi excluída de direitos, a educação do campo foi instaurada através de árduas lutas de movimentos sociais, como oferta educacional que objetiva integrar a população do campo na sociedade, a partir de suas próprias necessidades e

interesses, de acordo com sua realidade. Sobre a implementação de uma educação voltada para o campo Caldart (2010, p.19) diz que “A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo.” A Pedagogia da Alternância faz parte desse processo, pois é o fruto das lutas sociais do campo e parte integrante desses processos, pois decorreu das mobilizações políticas dos trabalhadores camponeses.

As escolas do campo têm como responsabilidade considerar o âmbito político, social, cultural e econômico, proporcionar uma educação que de fato esteja direcionada para os sujeitos que fazem parte da realidade rural. A garantia desse direito está presente no art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB- Lei Nº9394/96, p.13) estabelece que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Em seus princípios, essa política destaca a educação do campo como valorização da identidade da escola do campo por meio de conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com o ciclo da agricultura dentre outras características distintas. Nesse sentido, Ribeiro (1984, p. 65), reforça essa argumentação, onde diz que:

Só a partir da realidade de cada escola - do nível de formação de seus professores, das características reais da maioria dos seus alunos, da condição da existência da comunidade que servem – só a partir dessa base concreta, com o conhecimento mais exaustivo e mais objetivo dela, é que se pode diagnosticar os problemas que impedem a elevação do nível de ensino, para buscar soluções realistas e realizáveis.

A educação do campo supostamente é pensada para todos de forma que todos se encaixem nela, em seus vários níveis e modalidades, porém a realidade é que não é aplicada de forma concreta, com metodologias não condizentes com esses alunos. Segundo GOWACKI (et. al., 2007) a educação do campo, no Brasil, sempre aconteceu a partir de referenciais urbanos e dos objetivos do capital, contrapondo às necessidades básicas da população do campo.

Para isso Arroyo (2004, p.23) defende que:

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

No meio educacional é evidente que há desigualdades entre a educação do campo e a urbana, mas o que é pouco discutido é que há uma “elite” dentro da própria educação pública, no sentido que a educação do campo é desvalorizada, tendo que se adequar a currículos urbanos, dificultando o processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Nesse sentido Duarte (2008, p. 37) diz que:

No Estado Social de Direito não basta tratar a todos como se tivessem a mesma facilidade de acesso às prestações que concretizam direitos sociais. Se um grupo social tem mais dificuldade de acesso a direitos educacionais, o Estado tem a obrigação de assegurar políticas diferenciadas para assegurar o direito a essas pessoas, como é o que ocorre com a educação no campo.

Para compreender o contexto da Pedagogia da Alternância e a Educação do Campo, é preciso reexaminar a construção histórica e social que fundamentam essas práticas educativas, para assimilar as aproximações, trajetórias para a aceitação da alternância como proposta pedagógica. A necessidade de aprofundar o conceito de formação holística é um desafio não só para a pedagogia da alternância, mas de todos os projetos educativos voltados para o campo.

A Pedagogia da Alternância e Educação do Campo, se relacionam como práticas educativas dominadas de questões sociais, políticas, culturais e econômicas, que tratam com importância a vivência dos sujeitos pertencentes ao campo. Valorizando-os como conhecedores de suas batalhas, por educação contextualizada, e capazes de se tornarem autores de sua história, com papel social de destaque numa sociedade que os marginalizam. Atuam com o olhar de sujeitos coletivos, instigam as relações pedagógicas a concilia-se com todos os aspectos que o povo do campo faz parte.

Os ideais da Educação do Campo se encontram inseridos na Pedagogia da Alternância do Movimento CEFFAs, tem como eixo central a formação integral humanizadora através da valorização da cultura e suas bagagens de experiência. Como Caldart (2009, p.55) aponta que “nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos”.

Tanto a Pedagogia da Alternância quanto a Educação do Campo têm como base o comprometimento com o movimento, suas reflexões e concepções nascem da prática como proposta de transformação, em oposição de um processo histórico excludente do povo do campo. É a busca por educação baseada na valorização das singularidades desses sujeitos, das experiências vivenciadas no contexto do campo. Gimonet (2007, p. 122) enfatiza isso ao dizer que, “o ser humano, na sua complexidade, só pode desenvolver-se na complexidade que

constitui a sua vida e seus diferentes componentes de interação (física, familiar, sociais, profissional, cultural, espiritual, escolar”.

Partilhamos da compreensão de campo conforme afirma Arroyo (2004, p. 176) “mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”. O campo é lugar de riquezas de conhecimentos, onde o povo camponês dentro de uma sociedade desigual e injusta lutam por mudanças e reconhecimento de sua identidade e existência, com a finalidade que sejam inseridos na dinâmica econômica e social da sociedade.

Nesse processo de construção de saberes o objetivo é valorizar a formação interdisciplinar que permitem exprimir conhecimentos social e cultural dos jovens. Isso pressupõe cada que se pode ter uma educação baseada no princípio da equidade, por meio da formação holística. Exige que pensem nos métodos e nos conteúdos apropriados para lidar com a complexidade da sociedade e do campo, em vista disso, é necessário que aprofundemos a teoria educacional em que a prática educativa rural se orienta.

Conforme Gowacki (et. al., 2007) cada Casa Familiar Rural elabora o seu planejamento, levando em conta as necessidades e as formas que possibilitem o desenvolvimento dos jovens e suas respectivas famílias/comunidades, através de atividades específicas de cada espaço e tempo, embasados na composição do saber: prática e teoria provocando uma interação entre os meios. O autor em sua afirmativa considera a prática de ensino não só em nível escolar, mas também em nível comunitário, garantindo que as pessoas do meio rural tenham uma educação condizente com a realidade vivenciada por eles. Portanto, como elemento primordial o valor da experiência cotidiana como forma de transformação, valorizando a cultura como um todo, para que haja mudanças e inovações significativas, resultantes da interação dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, é possível perceber uma melhoria de vida nas famílias e nas comunidades, nas quais as CEEFAS estão inseridas.

Portanto, a Pedagogia da Alternância surge como movimento de base e de Educação Popular e encontra espaço junto ao povo do campo para trabalhar uma proposta educacional que, influenciada pelo contexto de ações populares, apresenta sua prática pedagógica contextualizada e vinculada a uma prática social. Ou seja, entende que processo educativo não se reduz ao processo intelectual, mas sim ao todo em que o sujeito é e está envolvido e, para isto, é preciso que o sujeito tenha consciência da sua realidade possibilitando que, dessa forma, almeje sua transformação. Como explica Gimonet (2007, p.112), a Pedagogia da

Alternância “exige não somente uma simples observação do ambiente, mas uma implicação da sua parte para agir onde se encontra”.

[...] uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p. 26).

Em relação à construção do conhecimento pela Pedagogia da Alternância, os temas trabalhados com os alunos, são selecionados pela comunidade escolar e familiar dos jovens. Com os conteúdos geradores, ocorre interrelações entre as diversas áreas do conhecimento e a realidade do educando, com uma abordagem crítica entre a realidade e o conteúdo, rompendo com o modelo de escola alienante. Sem dispensar o conhecimento universal acumulado (conhecimento científico), este conhecimento é ensinado, estabelecendo relação com a realidade, dando sentido na vida do educando (GOWACKI, et. al., 2007).

4. A formação integral por alternância

Promover uma educação integral não é uma tarefa fácil, pois requer ação contínua, coordenada por várias equipes e assumida por toda a escola. Porém, como afirma Freire (2000, p. 47):

Não há uma escola que ensine tudo e para toda a vida. A educação na escola constitui apenas e uma parte de todo esse processo que é a educação. É preciso que o jovem na sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção de saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção.

A modalidade de ensino por alternância, busca a interação com o meio em que vivem os jovens agricultores, com base na relação mútua, escola e comunidade atuam em conjunto, para melhor eficácia nos temas que precisam ser trabalhadas pelos educadores, no decorrer das aulas há trocas de conhecimentos, assim há maior interesse e participação com melhores resultados para os próprios jovens e para a sociedade como um todo. Os CEFFAS formam sujeitos críticos, capazes de se posicionar diante dos fatos e do mundo, e se desenvolverem com líderes, prática que contribui para a construção de programas direcionados para a educação no campo.

Os CEFFAS oferecem oportunidade de qualificação dos jovens, preparando-os para o trabalho e para desenvolver atividades com sua família, exercitando o caráter associativo, contribuindo também com a comunidade de origem. Possibilita ao jovem capacitar-se para desenvolver atividades e superar desafios encontrado em seu dia a dia, propiciando que

permaneçam no campo exercendo um trabalho com qualidade de vida e renda, numa perspectiva de desenvolver diversas atividades.

As escolas são criadas e geridas por pessoas dessa comunidade em particular acordo com as características e necessidades da sua área, sendo que para Gimonet (1999, p. 43):

Uma CEFFA é uma pequena estrutura escolar, próxima das pessoas, na qual cada um é valorizado e que baseia seu funcionamento na densidade e na qualidade das relações humanas. Estrutura-se numa Associação de pais e outros agentes do meio. A Associação constitui um lugar de intercâmbio, reflexão, exercício da responsabilidade, poder, formação e engajamento.

Gimonet é “cirúrgico” em sua fala ao enfatizar as diferenças em relação ao modelo a que estamos habituadas, desconsiderando a realidade e as necessidades dos educandos.

O modelo pedagógico que prioriza o mestre e o programa e que obriga a criança ou o adolescente e se adaptar a ele estão ultrapassados. Ele dá resultados, mas somente para um pequeno número de dotados de faculdades abstratas, ou seja, 35% da população escolar. Ele conduz à várias formas de reprovações e de exclusões. Esse modelo não é mais apropriado ao nosso contexto de sociedade. O modelo da Pedagogia Ativa centrado na pessoa representa um forte avanço para a aprovação escolar e para o desabrochar das potencialidades. Mas, na maioria das vezes, esse modelo permanece dentro dos limites da escola e não enfrenta a realidade da vida, a complexidade de toda a situação educativa (GIMONET, 1999, p. 47-48).

É importante identificar, junto aos jovens estudantes das CEFFAS, informações em relação as características da vida no campo que os jovens alunos consideram desejáveis e as que devem ser superadas, a fim de ver no meio rural um projeto de vida. A formação integral é um processo fundamental para garantir aos camponeses a possibilidade de identificar seu lugar social não somente através de uma paisagem específica, mas em termos de situação de classe, lutas políticas que determinam sua existência. Nesse sentido, é uma forma de construir uma perspectiva ampliada de mundo que contrapõe as diversas formas pelas quais os humanos produzem coletivamente os meios de subsistência para existir enquanto ser social, justamente contra as circunstâncias e posições que ocupam isoladamente nas relações de produção.

A Pedagogia da Alternância exige uma formação específica para os professores, que não tem sido considerada nas licenciaturas. Por isso esse modelo pedagógico só é possível por meio da construção das relações sociais, as entidades e organizações que vêm adotando esse método optam pela contratação de monitores que, de modo geral, são agrônomos ou técnicos agrícolas. Em prol de um objetivo comum, seria “pedagogia da partilha”, uma vez que, alunos, monitores, pais, mestres de estágios, ex-alunos e membros da associação colaboram não apenas para o funcionamento da escola, mas também na aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia. Sendo assim, Gimonet define a Alternância como uma “rede complexa de relações” (GIMONET, 2007, p. 81).

O monitor tem um compromisso muito importante no processo ensino aprendizagem da Pedagogia da Alternada, pois este é o profissional que supervisiona, ativa e dinamiza todas as atividades que o CEFFA'S irá desenvolver. Escolher a abordagem adequada enriquece e estimula a vivência diária, o representa um ganho no desenvolvimento escolar dos alunos. O monitor precisa encontrar formas de estimular o interesse dos alunos, ele será o responsável por facilitar a interação, escola, família, e comunidade, para que a formação aconteça. Conforme Rodrigues (2020, p. 13), “os/as professores/ monitores devem acompanhar diariamente os alternantes nas atividades propostas em sala de aula, bem como no desenvolvimento de tarefas referentes à organização dos Centros familiares”.

Durante o processo de aprendizagem é imprescindível que se desenvolva ações de forma democrática, levando em consideração os objetivos a serem alcançados e a construção coletiva do ambiente de trabalho. Sendo necessário nessa modalidade de ensino pessoas comprometidas com a formação integral dos estudantes. O debate fomenta reflexões e novas formas de pensar e agir na escola e propriedades, em busca de uma formação individualizada. É necessário também a opinião dos alunos sobre desenvolvimento dos conteúdos escolares, conciliando teoria e prática.

Gimonet (1999, p. 45) evidencia que a Pedagogia da Alternância alterna espaços de estudo, cuja reflexão parte da realidade vivida dos alunos:

Alternância de tempo e local de formação, ou seja, de períodos em situação sócio profissional e em situação escolar. Mas a alternância significa, sobretudo, uma maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. A alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experiências, colocando assim a experiência antes do conceito.

É no tempo em família, na comunidade, e no trabalho exercido na agricultura que serão consolidados os conhecimentos adquiridos na escola, tornando esse meio uma ferramenta pedagógica. A família é importante nesse processo, no sentido que cabe a ela apoiar e acompanhar seu filho no processo educativo, cooperar na elaboração dos instrumentos pedagógicos que são desenvolvidos no tempo passado em família.

O traço fundamental da Pedagogia da Alternância na relação entre a família, a escola e, a comunidade, está na análise crítica de uma situação particular na prática, no trabalho coletivo e na dinâmica das forças sociais, articulando com a organização da vida dos sujeitos camponeses. Portanto, como meio de orientar o processo de ensino-aprendizagem, não pode ser aplicada se estiver separado conhecimento histórico e cultural, das formações sociais com as quais se relaciona cotidianamente.

A Pedagogia da Alternância se constitui de diferentes formas por ser uma construção coletiva. No entanto, independente do território campestre ou do projeto de educação camponesa que se pretenda implementar, a finalidade da alternância está pautada em um eixo fundamental: a transformação da realidade.

4. De uma metodologia para valorização do sujeito

O decurso educacional do Movimento CEFFA, buscou a identidade de um movimento que gradativamente se expandiu globalmente. A compreensão dessa necessidade está dentro os princípios do movimento, segundo Gimonet (2010, p. 66) os Quatro Pilares dos CEFFAs são: o desenvolvimento do meio, a formação integral do educando, a associação de pais e a Pedagogia da Alternância. Estes princípios do movimento tornam-se “sua essência”, características que uma instituição educacional deve possuir para ser considerada uma CEFFA. Sendo assim determinados os objetivos institucionais das Escolas Famílias Agrícolas e das Casas Familiares Rurais, em busca de promover a formação integral.

A necessidade de enfatizar os princípios inerentes ao Movimento CEFFA é reforçada na atualidade, pelo fato da Pedagogia da Alternância ter sido reduzida como apenas uma proposta metodológica que alterna espaços e tempos e, por este motivo, sendo possível aplicá-la em diferentes situações. A Pedagogia da Alternância no Movimento CEFFA ultrapassa tempos e espaços, muito além da alternância em si. Existe uma sintonia política pautada nos princípios da participação e também da valorização do diálogo dos saberes que fortalecem uma proposta educacional focada na reflexão e ação de todos que têm vivência no campo. Há um equilíbrio político que se baseia nos princípios da participação e no valor do diálogo, o que reforça uma proposta educativa que privilegia a reflexão e ação sobre as experiências de todos que vivem no campo.

A Pedagogia da Alternância apresenta-se como meio de alcançar o propósito de ação e reflexão dentro do contexto do campo. É um movimento alternado reforçado por organizações pedagógicas inseridas num contexto que propõe um processo de baseada nas relações que por meio da problematização, diagnóstico, reflexão, diálogo, ação e planejamento coletivo, pois “é o sujeito que aprende através da experiência. Não é um coletivo que aprende. Mas é no coletivo que se aprende. Eu diálogo com a realidade, com os autores, com meus pares, com a diferença” (GADOTTI, 2003, p. 48).

Freire (2013, p. 95-96) reforça isso, ao dizer que:

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

O tempo na alternância é intermitente (sessão escolar e sessão familiar). Portanto, esse movimento pedagógico não se caracteriza como um esquema que comporta dois elementos, nem associando contextos (teoria e prática, escola e família). Complementam-se fazendo conexões entre todos os elementos, diálogo, ocasiões, experiências possibilitando uma formação humanizada.

Nesta formação criadora, potencializada pela experiência e integralidade do movimento da alternância, ou seja, aula na escola e em casa são aprimoradas e, assumem o “sentido das aprendizagens em alternância” (GIMONET, 2007, p. 130). Sendo assim, nas experiências, nas relações e situações complexas que os sujeitos ampliam as possibilidades de aprendizagem em diferentes espaços e tempos. Possibilita aos sujeitos do campo uma ação participativa, com engajamento coletivo da comunidade diante das lutas ao seu redor. Segundo Moran (2018, p.28):

A aprendizagem é mais significativa quando motivamos os alunos intimamente, quando eles acham sentido nas atividades que propomos, quando consultamos suas motivações profundas, quando se engajam em projetos para os quais trazem contribuições, quando há diálogo sobre as atividades e a forma de realizá-las.

Além de conhecê-los, acolhe-los e se aproximar do seu universo, na perspectiva de como eles veem sua própria realidade e o que é importante para eles, ajudá-los a ampliar suas percepções e assumir novos desafios para ver outras perspectivas.

|A Pedagogia da Alternância vai muito além de uma simples metodologia, carrega consigo a ação e da reflexão. Esta é uma sessão didática que carrega consigo a ação e reflexão, no qual os educandos se aproximam da família e comunidade, passam a ter um olhar mais crítico. Também possibilita integrar-se ao campo para “partilhar saberes e conhecer outros, criando e recriando a espiral evolutiva do processo de conhecer, na qual o próprio movimento da alternância potencializa interrogações, experiências, vivências, transformações: aprendizagens” (VERGUTZ, 2013, p. 76).

Hoje ainda se busca novos caminhos pedagógicos que não sejam isolacionistas, nem exclusivos da modernidade técnico-científica, preservando sua identidade cultural. Em outras palavras, pretende-se que os jovens integrem raízes culturais ao aprendizado que populariza a ciência moderna nas escolas.

Atualmente, existem muitos fatores que afetam a permanência dos alunos nos CEFFAS. Dentre esses fatores, um pode ser considerado como central: o envolvimento ou não

da família na escola. Partindo desse ponto de vista, pode-se dizer que, as diferentes formas de participação dos pais ou responsáveis no processo escolar, ocupam o centro da discussão, pois há um interesse em comum com as instituições escolares na busca de uma educação de qualidade.

As parcerias devem começar com a própria escola, pois os pais têm pouco conhecimento sobre suas próprias características de aprendizagem, dificultando a interação com a escola. Portanto, é fundamental o papel da instituição escolar na construção dessa parceria, levando em consideração as necessidades das famílias, e orientando-as por meio de experiências que as façam sentir-se participantes ativos e não apenas espectadores. Há a necessidade um processo democrático em que a comunidade escolar participe da formação integral de jovens e adolescentes.

Esta abordagem pedagógica promove a ligação entre trabalho desenvolvido na propriedade e os conhecimentos teórico adquiridos, valorizando as experiências dos alunos nas interações entre escola, casa e comunidade, utilizando eixos interdisciplinares e temáticos no processo de aprendizagem. Por isso, proporciona uma educação integral que respeita as características regionais e valoriza a história, a cultura e os valores do povo do campo. O método da pedagogia da alternância é mostrar à sociedade que as bases de outras práticas educativas no campo podem ser construídas.

5. Desvalorização de um povo

É um desafio conseguir uma Lei que reconheça a Pedagogia da Alternância como um sistema educativo para além de uma proposta pedagógica de organização curricular. Em 22 de junho de 2022 o presidente da República decidiu vetar integralmente, por inconstitucionalidade e por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 184, de 2017 (nº 6.498/16 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que 'estabelece as diretrizes e bases da educação nacional', para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo".

Em uma dessas justificativas o presidente da República Jair Bolsonaro diz que à proposta de utilização da pedagogia da alternância nas escolas do campo, elimina a possibilidade de outras modalidades de educação, que possuem diretrizes curriculares próprias, utilizarem seus conteúdos curriculares e suas metodologias, o que afronta o princípio da igualdade, a equidade de direitos, pois restringe o público-alvo a ser contemplado e

infringe o disposto no caput do art. 210 da Constituição, que estabelece a garantia de respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, quando da fixação dos currículos.

Tamanho disparate, só reafirma a desvalorização do governo com a educação do campo. As necessidades não são consideradas, as estratégias homogeneização da gestão educacional descarta a viabilidade de outros métodos que se apoiam no valor das características locais. O veto do projeto de lei fere todos os anos de luta de um povo que busca por educação de qualidade, o que acontece no Brasil é uma valorização da terra em contraposição com a desvalorização de quem vive nela.

O Autor do projeto, o deputado federal Helder Salomão (PT) expressou sua opinião logo após a publicação, dizendo que "vamos trabalhar para derrubar o veto", afirmou. Em seguida, enfatizou que "o veto do presidente inimigo da educação ao meu projeto de lei que reconhece e valoriza a Pedagogia da Alternância é um desrespeito aos jovens do campo e a todos e todas que lutam por educação de qualidade". As lutas sociais não podem recuar como afirma Caldart (2009, p. 57) "Se a pressão dos movimentos sociais diminuir, o governo não conseguirá avançar sequer nas políticas focais e arranhar políticas públicas que lhe permitam alterar estatísticas, 'ficar bem na foto' da universalização dos direitos liberais."

O Brasil é um país de predominância agrícola, sendo de fundamental importância esse projeto de lei pelo qual se procura corrigir um problema brasileiro: o êxodo rural e analfabetismo, como diz Freire (1981, p. 15) "Ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra". Vários aspectos do método de ensino alternado mostraram-se positivos, por apresentar resultados superiores aos métodos convencionais, sendo inclusive considerada como uma experiência de sucesso, que pode ser utilizada como referência até mesmo em escolas urbanas, por trazer uma abordagem que dialoga com a realidade das famílias e comunidades camponesas onde as escolas estão inseridas.

As escolas que tem ligação a movimentos sociais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), a Pedagogia da Alternância é sempre considerada como uma forma de ensino que os alunos desenvolvem-se plenamente. É preciso que este modelo de ensino diferenciado seja validado legalmente.

6. Considerações finais

A Pedagogia da Alternância é uma construção da população do campo, marcada na história por muitas lutas para existir, como proposta de organizar os tempos e espaços educativos dentro e fora da escola, com o apoio da família, e da comunidade do campo. O fato de reformular o tempo e o espaço escolar e atuar em organizações comunitárias, onde as famílias compartilham o poder educacional, exige marcos legais nos diferentes países que implementam, para ser reconhecida diante as autoridades educacionais.

As lutas são pela realização de uma educação como prática libertadora, pautada na valorização e compartilhamento de saberes, sem hierarquia, com aprendizagens plena de sentido, centrada no diálogo, e ao mesmo tempo preocupada com as relações de poder entre sujeitos e suas manifestações de luta na sociedade. São antagonismos e desencontros no processo de ensino e aprendizagem, expressos na alternância de espaço e tempo, e colocam desafios como qualquer prática educativa, mas são concebidos como possibilidades educativas.

O método de ensino alternado é resultado do acúmulo de experiências de diferentes sujeitos sociais em seu território e tempo, de luta e resistência dos trabalhadores. É importante ressaltar que não é possível compreender a educação do campo no Brasil fora do contexto do CEEFA, especialmente as Escolas Famílias Agrícolas e a pedagogia alternada, pois não há registro estadual de outros programas de educação para agricultores, anteriores a tais experiências educativas. Entre as alternativas, os agricultores propõem um sentido estratégico de aliar a formação escolar à luta social, à cultura e ao trabalho no campo para garantir a escolarização de crianças e adolescentes que vivem no campo.

A pedagogia da alternância implementada pelo CEEFA está cada vez mais presente no Brasil e no mundo na educação geral e, em particular, na formação profissional. Essa pedagogia apresentou resultados efetivos no mundo da educação e, ao longo dos anos, desenvolveu respeito e reconhecimento do seu valor para a formação do sujeito. A questão aqui não é que o ensino alternado seja melhor do que outros tipos de métodos educacionais, a verdade é que a alternância onde foi implantada adquiriu notoriedade.

Por fim, pode-se inferir deste estudo que o CEEFAS se apresenta como uma alternativa metodológica adequada para a educação do campo por meio da pedagogia da alternância. Pois esta contribui para o desenvolvimento das famílias camponesas, pois proporciona uma educação completa onde as famílias participam ativamente da educação de seus filhos, o que leva à transformação positiva do meio em que vivem.

Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo. Por uma educação do campo Petrópolis**: Vozes, 2004.

BEGANAMI, J.B. **Pedagogia da Alternância Como Sistema Educativo. Revista Formação Por Alternância. Brasília**: Unefab, Ano 1, nº 2, julho de 2006.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. Ed Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. despachos-do-presidente-da-republica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun 2022.

CALDART, Roseli. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**, 2009

Decreto7352/10-JusBrasil. Disponível em:
<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025597/decreto-7352-10>
<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26278491/decreto-n-7352-de-04-de-novembro-de-2010> acessado em 15/09/2019.

DUARTE, C. S. In: SANTOS, C. A. (Org). **A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: Campo, Política Pública e Educação**. Brasília: NEAD, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, R.; PUIG-CALVÓ, P. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos EFA no mundo**. Belo Horizonte: O lutador/AIDEFA, 2010.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, p. 27-38, 2006.

GOWACKI, C.F; BERNARTT, M. de L; TEIXEIRA, E. S. **Casa familiar rural e pedagogia da alternância: alternativa teórico-metodológica adequada para a educação do campo**. UTFPR. Pato Branco, 2007. 30p.

MEC. **Ministério da Educação** disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863

MOLINA, M.; JESUS, S. (Org.) **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo:** articulação nacional por uma educação do campo. Brasília, DF, 2004.

MORAN, Lillian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora.** 2018.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura:** um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás - EFAGO. 2005. 318f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP.

NOSELLA, Paolo. **Origens da pedagogia da alternância no Brasil.** Vitória: Edufes, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*, 1984.

RODRIGUES, Anny. **Conhecendo a pedagogia da alternância.** 2020.

SAVIANI, D. **Apresentação para Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil,** de NOSELLA, Paolo. Vitória: EDUFES, 2012, 23.

VERGÜTZ, Cristina Luisa Bencke. **Aprendizagens na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul.** 2013.